

PROJETO DE LEI Nº _____, de 2021
(Do Sr. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.)

Institui a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos – CBHPM como o parâmetro para cálculo de pagamentos realizados pelo Sistema Único de Saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos – CBHPM, confeccionada pela Associação Médica Brasileira – AMB, deverá ser utilizada pelo Ministério da Saúde como referência para a classificação hierarquizada dos procedimentos e para cálculo do valor da remuneração de honorários médicos e procedimentos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM teve sua primeira edição em 2003. Surgiu da necessidade dos médicos resgatarem a prerrogativa de recuperar a valorização do seu trabalho no sistema de saúde suplementar (operadoras de planos de saúde). Há anos cada operadora “criava” seus procedimentos e códigos, sem qualquer lógica de hierarquização e com um enorme viés, focado principalmente na lógica “do remunerar menos”.

A elaboração de uma lista hierarquizada de procedimentos totalmente ética, que contemplasse todas as especialidades e remunerasse dignamente os serviços profissionais, era, ao mesmo tempo, o anseio e o sonho da classe médica brasileira. A lista é resultado da união das principais entidades médicas nacionais (AMB, CFM e FENAM), entidades estaduais e das Sociedades de Especialidade.



A confecção da CBHPM contou com a participação da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo - FINE-SP, estruturando-a e codificando-a de maneira hierarquizada, para que mantivesse uma lógica adequada, em especial dividindo os procedimentos em 14 portes, cada um deles com 3 subdivisões.

A implantação foi numa crescente e graças ao reconhecimento desse trabalho, passou a ser incorporada progressivamente no Brasil por diferentes operadoras de saúde, culminando com o reconhecimento da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), que inclusive utiliza os procedimentos da CBHPM para atualizar seu ROL.

Quando considerados os procedimentos mais frequentemente remunerados pela Tabela SUS, o déficit é latente ao longo da última década. Com a realização de um parto, por exemplo, a equipe médica recebia, em 2008, uma diária de aproximadamente R\$ 75 (cesariana) e R\$ 80 (normal) a cada Autorização de Internação Hospitalar (AIH) aprovada. Sete anos depois, o valor do parto cesariano não sofreu qualquer reajuste. Já o normal passou para R\$ 87,90 – 35% inferior ao que seria pago se corrigido pelo IPCA ou pelo salário mínimo. Se o fator de correção fosse a remuneração esperada na saúde suplementar, o montante chegaria a R\$ 670.

Essa defasagem nos procedimentos e nos serviços profissionais tem contribuído para o desestímulo dos médicos e dos serviços conveniados onde trabalham. O discurso de que a Tabela SUS não existe mais e que foi substituída pela contratualização é uma falácia, porquanto o valor estabelecido nos contratos toma como base o número de atendimentos com seus respectivos quadros nosológicos e esses são valorados pela Tabela SUS. A Medicina é o único ramo em que os valores não sofrem correção, mesmo que insumos, pessoal, equipamentos, impostos tenham tido seus valores corrigidos. Alguns inclusive acima da inflação oficial, o que inviabiliza o setor e fragiliza a população.

A Tabela SUS não responde mais às necessidades dos hospitais, nem dos prestadores de serviço. Para trabalhar bem e ter a qualidade de vida almejada por qualquer profissional, o médico também precisa de honorários condizentes com a responsabilidade de seu trabalho e o cumprimento de jornadas exaustivas.



Em contrapartida, a CBHPM apresenta um novo conceito e uma nova metodologia no referencial médico. Seu caráter ético, respaldado pela idoneidade das Sociedades de Especialidade, permite à população a identificação dos procedimentos médicos cientificamente comprovados, além de ser também um importante instrumento de direito básico do consumidor, pois preserva a qualidade do atendimento médico, garante segurança, respeito e dignidade à saúde de todos os cidadãos brasileiros.

Dessa forma, propomos o presente projeto, com o objetivo de garantir que os valores e procedimentos da Tabela SUS estejam em conformidade com os estabelecidos na CBHPM. A iniciativa pretende corrigir os parâmetros de cálculos de pagamentos para os procedimentos, bem como que seja atualizada com novos procedimentos em conjunto com as entidades médicas e laboratoriais.

Diante de todo o exposto, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, de de 2021.

Deputado **DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.**
Progressistas/RJ

